



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Eixo Temático: Educação Profissional e Tecnológica

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS PARA CONTRIBUIR NA QUALIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Ronimar Rosso Gomes¹
Catiane Mazocco Paniz²
Maria Rosângela Silveira Ramos³

RESUMO

O objetivo deste resumo expandido consiste em apresentar um estudo sobre a gestão dos bens patrimoniais móveis no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) *Campus Alegrete*, e sua importância para o desenvolvimento do ensino. Esse estudo que faz parte de uma pesquisa de mestrado se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, tipo estudo de caso, com a coleta de dados através de pesquisa documental e questionário, o tratamento dos dados foi através da análise textual discursiva. Os resultados desse estudo concluíram que os bens patrimoniais são fundamentais para o desenvolvimento das atividades educacionais, e a necessidade de ações referente à disponibilização de informação, capacitação, e atualização de sistema e normas relacionadas ao patrimônio a serem implementadas na busca de um controle mais eficiente.

Palavras-chave: Bens patrimoniais. Gestão de material. Patrimônio público.

INTRODUÇÃO

O controle patrimonial é um mecanismo de controle interno exercido pelas instituições para manter seus bens materiais organizados em suas dependências e tem o objetivo organizar a movimentação dos bens, desde sua aquisição, com o devido registro de entrada e demais registros de movimentações dentro da instituição, de forma que todo o material possa ser localizado a qualquer momento durante toda a sua vida útil, e após sua obsolescência, fazer a desvinculação do material, e providenciar seu adequado destino.

No Brasil precisamos melhorar em relação ao tema gestão patrimonial, embora exista regulamentação específica a respeito desde a promulgação da lei 4.320 de 1964, o patrimônio

¹ Graduado em Administração, com especialização em Gestão Pública, aluno do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT, do IFFar *Campus Jaguari-RS*, ronimar.gomes@iffarroupilha.edu.br.

² Dra. e Professora do Instituto Federal Farroupilha no *Campus São Vicente do Sul*, e do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT no *Campus Jaguari*, catiane.paniz@iffarroupilha.edu.br.

³ Dra. e Professora do Instituto Federal Farroupilha no *Campus São Vicente do Sul*, e do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT no *Campus Jaguari*, maria.ramos@iffarroupilha.edu.br.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



público começou a receber mais atenção a partir do ano de 2009, com a instituição de novas leis e cobrança quanto à execução de controles. Essa demora em fazer valer a legislação no sentido de exigência e fiscalização, é um dos motivos dos órgãos e setores públicos ainda terem dificuldades de manter seus materiais controlados, essa situação pode ser em função de um atraso na elaboração de legislação para regular e orientar a administração pública no trato com os bens materiais.

No Brasil, o Setor Público, a partir do exercício financeiro de 2009, adota o regime de competência, onde a despesa e a receita serão reconhecidas por critério de competência, utilizando a apropriação patrimonial, conforme descrito nas normas e regulamentos (Kohama, 2010, p. 32).

Para regular e normatizar o processo, existem leis, decretos, e demais regulamentações que no decorrer do tempo vêm sendo instituídas, que regulamentam os diversos processos que são necessários para gestão e controle do material no setor público.

No IFFar, através da Resolução AD Referendum nº 25, de 10 de maio de 2010, Institui o Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Este documento foi produzido com base na lei 8.666/93, Lei de licitações e contratos administrativos, e em diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.

A finalidade de trabalhar esse tema é contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis na instituição, de forma que possa refletir na qualidade das atividades de ensino, além de trazer benefícios financeiros para a instituição, consequentemente benefício para sociedade.

Com objetivo de minimizar os problemas que ocorrem, e com a perspectiva de buscar meios para melhorar a efetividade desse trabalho, temos como propósito procurar respostas para o seguinte problema de pesquisa: Como melhorar a gestão e controle dos bens patrimoniais móveis permanentes no IFFar - *Campus Alegrete*?

Nesse contexto, adotando como prática, o cuidado com os bens patrimoniais, define-se como objetivo geral da pesquisa: Analisar os processos desenvolvidos na gestão patrimonial do IFFar - *Campus Alegrete*, a fim de contribuir com a organização e melhoria do gerenciamento patrimonial no espaço educativo institucional.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem adotada para desenvolver esse estudo, é a abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, como se trata de uma pesquisa na área administrativa, foi necessário investigação com análise documental para compreender o fluxo do trabalho realizado, as etapas do processo de controle, e seus resultados, caracterizando dessa forma, essa uma pesquisa documental. Pesquisa documental utiliza dados extraídos de fontes primárias, informações ainda não tratadas cientificamente, com finalidade de avaliar documentos, registros de diversas naturezas.

Para compreender o processo de controle efetuado pelos responsáveis e suas percepções em relação a essa atividade, utilizou-se questionários semiestruturados on-line no *google forms* enviados para o e-mail dos participantes. Após a coleta das informações passou-se à análise dos dados coletados, sendo esta pesquisa desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, optamos como método para análise dos dados, a Análise Textual Discursiva (ATD) por ser um método mais flexível, permitindo ao pesquisador uma interação mais aprofundada com o fenômeno investigado. Para a análise foi organizado uma tabela com as perguntas e suas respostas, após foram unitarizadas, e categorizadas em suas respectivas categorias. E após análise, elaborado o texto dissertado conforme interpretação do pesquisador.

A ATD é um método que tem por característica a flexibilidade, aliando a interpretação e descrição em sua análise, e sua conclusão através da interpretação do investigador.

Se no primeiro momento da análise textual se processa uma separação, isolamento e fragmentação de unidades de significado, na categorização, o segundo momento da análise, o trabalho dá-se no sentido inverso: estabelecer relações, reunir semelhantes, construir categorias. O primeiro é um movimento de desorganização e desmontagem, uma análise propriamente dita; o segundo é de produção de uma ordem, uma compreensão, uma síntese. A pretensão não é o retorno aos textos originais, mas a construção de um novo texto, um metatexto que tem sua origem nos textos originais, expressando a compreensão do pesquisador sobre os significados e sentidos construídos a partir deles (Galiazzi, 2020, p. 53).

Nesta pesquisa optou-se por trabalhar com todos os servidores que tiveram e têm envolvimento direto e responsabilidade legal com os bens, desta forma foram ouvidos os servidores detentores de bens, os servidores que atuaram e atuam no setor de patrimônio, e servidores que atuam na gestão do campus.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Dos 71 convidados a participar da pesquisa, 30 deram sua contribuição respondendo os questionários. Para organizar e identificar de forma anônima os participantes foi sugerido à escolha por um codinome.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Passamos a descrever os resultados apurados com as respostas dadas pelos pesquisados, obtidas por meio de questionários através do *google forms*, enviado aos envolvidos na gestão e controle dos bens patrimoniais.

Na análise dos dados através da ATD, foram organizadas as respostas e unitarizadas de forma que chegamos às categorias emergentes: *A importância dos bens patrimoniais para o desenvolvimento das atividades educativas*, e *Desafios para aprimorar o processo e contribuir na qualidade das atividades de ensino*.

Quanto à importância que os materiais, o resultado da pesquisa, em sua totalidade, os participantes consideraram os bens materiais de extrema importância para o desenvolvimento das atividades de ensino, como pode ser constatado também através dos relatos.

Os bens patrimoniais são essenciais para sustentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais são o foco da Instituição. Por exemplo, não se conseguiria alcançar o mesmo desempenho de formação se em uma sala de aula não tiver cadeiras, quadro, projetores (Clara).

Bens patrimoniais (permanentes) são essenciais pois compõem desde a infraestrutura básica de uma sala de aula (mobiliário como classes e cadeiras) até equipamentos e máquinas utilizados em aulas práticas e laboratórios didáticos (Vermelho).

Os bens patrimoniais são de grande importância para o desenvolvimento das atividades acadêmicas (Klopes).

Os bens patrimoniais são o suporte para uma educação de qualidade (Luciano).

Sem uma boa estrutura para funcionamento e desempenhos dos trabalhos, não é possível atingir resultados de excelência em nenhuma atividade institucional (Servidora TAE).

Com relação aos desafios para aprimorar o processo e contribuir na qualidade das atividades de ensino, os resultados demonstraram a preocupação dos participantes quanto à importância dos bens patrimoniais para as atividades de ensino, e a necessidade de aprimorar a gestão sobre eles.

Considerando a variedade e quantitativo destes, para ser possível sua organização, é fundamental dispor de regulamentação e normas para organizar e disciplinar o processo, nesse



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



sentido. Em relação a isso, todos os sujeitos participantes destacaram a importância da regulamentação, e que esta se mantenha atualizada.

Nesse sentido alguns participantes fizeram falas para colaborar e justificar sua opinião, como é possível visualizar abaixo:

O manual de procedimentos de administração de bens patrimoniais vigente tem 11 anos de sua formulação, e precisa atualizar-se, pois foi projetado para atender a muitos campi, sendo assim tem determinados assuntos que são tratados de forma mais genérica, o que abre margem para dúvidas, em determinadas situações, o que poderia ser sanado com um melhor detalhamento de alguns procedimentos (Smith). Existe o Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais do Instituto Federal Farroupilha que foi elaborado no ano de 2012, mas deveria ser atualizado com as mudanças que ocorreram após essa data (Ione).

Como salientam os participantes em suas colocações, a falta de uma atualização do manual existente, e melhor detalhamento do processo, é fator que dificulta, e deixa margem para dúvidas a respeito do processo. Isso faz com que a eficiência da gerência sobre os materiais e ações dos detentores dos bens por parte do setor de patrimônio, fica prejudicada por não ter uma normatização atual que considere novas legislações e sistemas atuais.

Percebe-se através das falas a preocupação dos participantes com a necessidade de melhor capacitação para os envolvidos na gestão dos bens.

*As capacitações deveriam ser frequentes visto que a todo momento há mudanças quanto a Gestão Patrimonial, são vários temas dentro do mesmo assunto pois além do tombamento do bem e distribuição tem o controle, empréstimos, doações, desfazimento, depreciação, os vários tipos de inventário e suas fases, as sindicâncias que devem ser instauradas, etc... (Ione).
Creio que deve ser preparada uma capacitação conjunta, com todos os Coordenadores, tanto para atualizar o Manual, quanto para construir um alinhamento sobre os procedimentos (LC).*

Nesse sentido cabe ressaltar a importância de ações que informem e orientem os servidores, pois essa função de controle exige conhecimentos e práticas que muitos servidores não dominam totalmente, pois muitos são formados e capacitados para atuarem na sua área fim, e acabam tendo dificuldade de executar uma atividade alheia à sua formação e atribuição.

Santos Filho (1995) afirma que a administração de instituições públicas de ensino é carente de conhecimento e experiência em gestão, já que participam da gestão, em muitos casos pessoas com diversas formações que não são ligadas a área da administração, em mandatos relativamente curtos, havendo uma grande alternância de gestores na administração das instituições.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Considerando a necessidade de melhorar a gestão dos bens da instituição, pode ser constatado na pesquisa, com relação à oferta de orientação aos responsáveis pela gestão de material, que ainda falta uma ação mais consistente para tornar o processo mais claro e eficaz, planejar ações para publicizar de forma abrangente as informações e orientações sobre como o indivíduo deve proceder no processo, e ação do próprio responsável em se informar a respeito, pois será ele que responderá pelo bem. Isso demonstra a necessidade de sensibilização dos gestores, detentores e usuários dos bens. Santos (2012) afirma que:

Quando as pessoas começam a se conscientizar da importância do controle patrimonial para a instituição, da conservação dos bens, da manutenção da etiqueta ou plaqueta de identificação, de informar ao patrimônio qualquer problema ou irregularidade ocorridos com os bens em seu poder e entendem o seu papel de detentor do mesmo, estão colaborando direta ou indiretamente para o bom andamento da atividade patrimonial (Santos, 2012, p.15).

Nesse sentido, a gestão tem papel fundamental para proporcionar orientação e capacitação, bem como no que se refere à divulgação das informações sobre a conduta correta no processo. Essa informação que orienta todo o processo que envolve o controle patrimonial e sobre a competência do detentor do termo de responsabilidade, que embora um pouco desatualizada, é a vigente até o momento, e está contida no Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais do IFFar, disponível na página institucional.

Ainda como desafios para essa melhor gestão, a pesquisa trouxe a necessidade dos envolvidos em se apropriarem da legislação que regula o processo de controle de material, dos deveres como servidor, de se conscientizarem do risco de ser penalizado no caso de extravio ou mau uso do material, também apontou a falta de profissionais no setor de patrimônio, a necessidade de um sistema de informa mais eficiente, a necessidade de mais comprometimento dos responsáveis por materiais, e mais eficiência do setor de patrimônio.

Todos os problemas levantados até aqui são desafios para a gestão pensá-los e juntamente com os envolvidos e promover ações que venham a contribuir para uma melhor eficiência do processo de controle.

Segundo Bernardes 2021, o controle é um processo que se organiza em fases que consistem ações:

O controle de processo consiste em três ações fundamentais: estabelecimento da diretriz de controle; - manutenção do nível de controle e melhoria do nível de



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



controle. Controlar um processo significa manter estável (Rotina) e melhorar (Melhorias) um conjunto de causas que afetam os itens de controle da área a ser gerenciada. É também a avaliação sistemática do desempenho de um processo e a tomada das medidas corretivas necessárias (Bernardes, 2021, p. 9).

Os bens materiais são meios necessários para o funcionamento das instituições, os envolvidos no processo de gestão e controle de materiais reconhecem a sua importância, que não se consegue um bom desempenho na formação sem o auxílio do material de sala de aula, como mesa cadeiras e projetores, que é o básico que compõe uma sala de aula, e isso ainda fica mais em evidência se considerar a necessidade na formação de algumas profissões que precisam de experimentos em diversos tipos de laboratórios, em seus diversos materiais, equipamentos e máquinas. Bens estes que por serem como denominados “bens permanentes” por possuírem uma vida útil mais longa servindo o seu propósito, e para isso necessitam de cuidados para permanecerem em boas condições de uso e disponíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar os processos desenvolvidos na gestão patrimonial do IFFar - *Campus Alegrete*, a fim de contribuir com a organização e melhoria do gerenciamento patrimonial no espaço educativo institucional.

Como somos integrantes de uma instituição de ensino profissional e tecnológico, que tem como objetivo a formação humana e integral que busca o desenvolvimento da cidadania, trabalho, ciência, tecnologia e cultura, tendo o trabalho como princípio educativo, e o educando enquanto produtor de conhecimento, e que está empenhada em oferecer uma formação integral a sua comunidade, temos a responsabilidade de levar em consideração esses conceitos básicos e colocá-los em prática em nosso dia a dia.

Com perspectiva de contribuir no desenvolvimento de uma gestão democrática no âmbito institucional, convidamos os servidores envolvidos na gestão de materiais para contribuírem na busca de construir meios para melhorar o controle de materiais do Campus, foi analisado o processo atual com a participação de parte dos sujeitos envolvidos na gestão destes,

Relacionado à primeira categoria, os participantes consideram os bens patrimoniais fundamentais para o desenvolvimento das atividades educacionais, como materiais



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



pedagógicos indispensáveis, que dão suporte a uma educação de qualidade no desenvolvimento de atividades acadêmicas.

Referente à segunda categoria emergiram muitas dificuldades apontadas pelos participantes e também sugestões que precisam ser consideradas para se chegar a soluções e superar essas deficiências, o resultado dessa pesquisa mostra a necessidade de ações para serem implementadas e buscar um controle mais eficiente, entre as deficiências apontadas, as mais mencionadas foram referente à disponibilização de informação, capacitação, conscientização e atualização de sistema e normas relacionadas ao patrimônio.

Considerando os resultados obtidos, acreditamos que a pesquisa atingiu seu objetivo, e cabe aos responsáveis ao tomarem conhecimento dessas dificuldades enfrentadas no controle de material, e desenvolver democraticamente junto com a comunidade acadêmica, ações que venham a auxiliar na construção de soluções para melhorar o processo de controle do material.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, José Francisco; DOS SANTOS, Elaine Garcia; PROCHNOW, Rosana Valéria Tibes Moreira. **Gestão Patrimonial de Bens Móveis: Instrumento para Otimizar Custos e Planejamento**. Revista Prociências, v. 4, n. 3, p. 76-85, 2021.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965**. Regula a ação popular: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14717.htm. Acesso em: 04 mar 2023.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [1964]. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. [1993]. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666compilado.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. [Digite o Local da Editora]: Editora Unijuí, 2020. 9786586074192. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074192/>. Acesso em: 21 jun. 2022.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



IFFAR. Instituto Federal Farroupilha. **Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais.** Ministério da Educação. [2012].file:///C:/Users/ronyr/Downloads/2012513163817187manual_de_controle_patrimonial_resolucao_ad_referendum_n%C2%B0_25%20(1).pdf. Acesso em 25 jul. 2022.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública:** teoria e prática. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.347 p.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Especificidade da universidade: implicações para a avaliação institucional.** Pró-posições, 1995.

SANTOS, Gerson. **Gestão patrimonial.** 4ª ed. Florianópolis: Secco, 2012.